

Relatório de Gestão 2015-2016

INSTITUCIONAL

MPPI



Ministério Público
do Estado do Piauí

Cachoeira da Lembrada, Cãnion do Rio Poty, Piauí

Relatório
de Gestão 2015-2016
INSTITUCIONAL

Sumário

Palavra do Procurador-Geral de Justiça

O presente Relatório de Gestão representa o compromisso da instituição com a sociedade, e se refere ao nosso primeiro ano, compreendido entre Julho de 2.015 a Julho de 2.016, sendo o resultado das ações e do árduo trabalho de membros e servidores do Ministério Público do Piauí.

A instituição avançou muito nas últimas décadas e todas as Administrações contribuíram para isso, cada qual a seu tempo e modo. Na atualidade, as influências globais e a rapidez das demandas sociais exigem do Ministério Público respostas contundentes. Não mais se tolera a inércia com a corrupção, com a educação que não transforma, com os elevados índices de criminalidade que aprisiona e amedronta, com a violação dos direitos sociais que maltratam e minam as esperanças. É imperioso continuar trabalhando para atingir um novo patamar de desenvolvimento que corresponda a justa expectativa da sociedade!

É imperioso manter firme o compromisso com os valores que são condições primárias para o exercício de nossas atribuições!

É imperioso romper as barreiras que se impõe ao exercício da administração pública planejada, transparente e imparcial, que possibilite igualdade de oportunidades para todos!

É imperioso amparar as ações cotidianas nos nossos valores institucionais: honestidade, compromisso, dedicação, coragem, conhecimento, unidade e transparência!

Nas páginas seguintes estão sempre latentes o espírito e os valores que nos movem e nos motivam a defender a sociedade, concretizados nas conquistas alcançadas e na forma de gerir o Ministério Público piauiense, neste primeiro ano.

Há muito por fazer, e o momento vivenciado pelo Ministério Público impõe desafios que conseguiremos vencer mais facilmente se fizermos a opção pela unidade de objetivos. Este é o meu apelo! Agradeço a cada um, em especial a membros e servidores que, diariamente, com seu trabalho, constroem um Ministério Público melhor e uma sociedade mais justa.

Da Costa e Silva no seu verso a Escada de Sonhos, diz que “ Sobe ao céu meu pensamento, como uma espiral de incenso.”

Como o poeta, posso dizer que me sinto inebriado neste momento pela sensação do dever cumprido, rogando a Deus que continue a nos iluminar nessa nobre missão.

Cleandro Alves de Moura
Procurador-Geral de Justiça

I - CONHECENDO O MP/PI

O que é o Ministério Público?

O Ministério Público é uma instituição independente, não pertencente aos Poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo, cuja função primordial é defesa dos interesses da sociedade brasileira, de forma transparente e eficaz. Atua no combate à criminalidade, na defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente, da habitação e urbanismo, da infância e juventude, dos idosos, das pessoas com deficiência, dos direitos humanos, da saúde pública, da educação, do consumidor, entre outros.

O MPPI é chefiado pelo Procurador-Geral de Justiça e tem capilaridade em todo o território do Estado, visto que seus membros atuam nos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios piauienses. Para tanto, as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Piauí estão sediadas em 94 Comarcas e alcançam a totalidade de municípios do Estado em face da existência de Termos Judiciários.

Identidade e Propósito Institucional

MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, a fim de garantir a cidadania plena e o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser reconhecida como uma instituição autônoma, independente, ativa e eficaz, transformadora da realidade social do Estado do Piauí, acessível ao cidadão, promotora dos direitos fundamentais e dos interesses sociais para as presentes e futuras gerações.

VALORES

São os princípios– guia da Instituição –incorporados à sua maneira de agir. São conjuntos de padrões éticos que norteiam a sua realidade cotidiana e a dos seus integrantes. Mais do que uma mera declaração de princípios, os valores se revelam por meio das condutas e procedimentos adotados pela Instituição para enfrentamento dos desafios que se modificam e transformam constantemente.

- **Honestidade:** ação pautada por valores institucionais e preceitos legais, morais, justos e éticos.
- **Compromisso:** disposição, atitude e responsabilidade para com a instituição e a sociedade.
- **Dedicação:** conjugação de empenho, determinação, devotamento, amor, realização.
- **Coragem:** capacidade de ser firme, perseverante e franco frente aos desafios e dificuldades.
- **Conhecimento:** conjunto das experiências pessoais e institucionais acumuladas, constantemente aprimoradas e compartilhadas.
- **Unidade:** coordenação, uniformização e harmonia das ações e integrantes com o fim de fortalecer a identidade una e indivisível do Ministério Público do Piauí.
- **Transparência:** garantia da publicidade de todos os atos do Ministério Público do Piauí, excetuando-se os casos de sigilo previstos em lei.

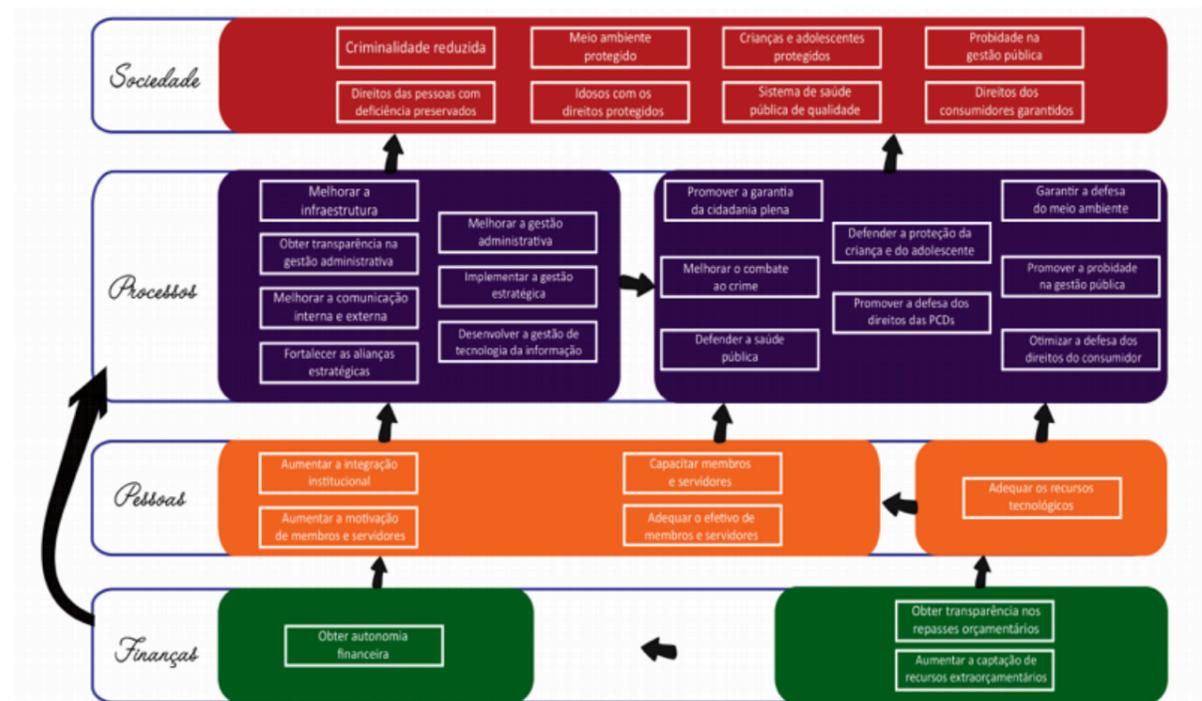
Bom Jesus (PI)

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

São as diretrizes gerais que expressam os parâmetros dentro dos quais as ações do Ministério Público e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão institucional para o alcance da visão esperada. As políticas devem manter coerência com os limites éticos estabelecidos pelos valores compartilhados. As políticas que balizam a atuação ministerial são:

- **Focar nos resultados sociais:** direcionar a atuação do Ministério Público do Piauí para alcançar resultados que impactem positivamente nos indicadores sociais.
- **Buscar a excelência no atendimento à sociedade:** promover uma gestão pautada na excelência da prestação de serviços à sociedade.
- **Promover a responsabilidade social:** estimular a gestão direcionada pela responsabilidade socioambiental.
- **Priorizar as demandas da sociedade:** alinhar a atuação institucional às demandas coletivas.
- **Promover a valorização das pessoas:** proporcionar às pessoas um ambiente saudável, estimulante, com oportunidades para o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e atitudes.

MAPA ESTRATÉGICO



Como acompanhar o trabalho do MP/PI

PORTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ (www.mppi.mp.br)

Canal de informação aberto à sociedade, por meio do qual o cidadão pode obter dados e acompanhar notícias dos acontecimentos institucionais, como campanhas e ações desenvolvidas por membros e servidores.

O sítio do MPPI disponibiliza a lista de Atos Administrativos publicados, o espaço do Portal da Transparência, links de acessos à sítios de outros órgãos e demais serviços de utilidade pública.

RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Este documento, publicado anualmente pelo MPPI, objetiva mostrar para a sociedade as principais ações e os resultados do trabalho desenvolvido pela Instituição no ano anterior.

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO (PGA)

Tem publicação bienal e informa os projetos, ações programadas e as metas previstas para a área finalística, pautadas no Planejamento Estratégico do MPPI.

PLANO DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA (PAA)

Teve sua primeira edição em 2016, com projetos voltados a profissionalizar a gestão do MPPI.

REDES SOCIAIS

Visando estreitar a comunicação com a sociedade, atualmente o Ministério Público do Estado do Piauí conta com páginas no Facebook, Twitter, Flickr e Youtube.



@pgjmpepi



@mp_piaui



ministeriopublicodopiaui



Ministério Público do Estado do Piauí MP-PI



Teresina (PI)

II - ADMINISTRAÇÃO DO MP/PI

Procuradoria Geral de Justiça



O atual Procurador-Geral de Justiça, Cleandro Alves de Moura, presta juramento durante a posse no cargo.

Em julho de 2015, Dr. Cleandro Alves de Moura, após sua nomeação pelo Governador do Estado, em 16 de junho de 2015, assumiu o cargo administrativo máximo da instituição, vindo sua gestão a perdurar até julho de 2017.

O primeiro ano da nova administração foi marcado pela profissionalização da gestão, com o lançamento do primeiro Plano de Atuação Administrativa do MPPI, contemplando projetos voltados para a área meio da instituição, além do Plano Geral de Atuação da área finalística para o biênio 2016/2017. Cabe destacar também o empenho do PGJ na busca pela valorização das carreiras dos membros e servidores do MPPI, a criação de 45 cargos de Assessores de Promotoria de Justiça e 06 cargos de Assessores do Conselho Superior do Ministério Público (e envio de Projeto de Lei solicitando a criação de mais 69 novos cargos de assessores de Promotorias de Justiça), o fortalecimento do Programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, redução da carga horária de trabalho para os servidores efetivos, além da maior rigidez no acompanhamento da execução orçamentária. Ressalte-se, ainda, a regulamentação do Programa de Estágio Obrigatório e o Programa de Serviço Voluntário, além do Ato Nº 601/2016, que prevê a ampliação da licença paternidade para os membros e servidores do Ministério Público para 20 (vinte) dias.

Merece destaque nesse primeiro ano de gestão, o estreitamento das relações com outros órgãos e poderes, como o empenho do PGJ em criar comissão específica para estudo dos reflexos da aprovação de Resolução do Tribunal de Justiça que promove a desativação/agregação de unidades administrativas e judiciárias. O PGJ firmou acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Militar do Piauí com o intuito de estruturar a Assessoria Militar do MP-PI e execução dos serviços de segurança institucional e de proteção ao patrimônio público, ao tempo que criou o gabinete de Segurança Institucional.

Registre-se, também, a participação do PGJ em reunião, na cidade de São Luís/MA, juntamente com o Governador do Piauí e autoridades maranhenses para discussão da constituição de grupos interestaduais de atuação ministerial para temas específicos que afetam realidades comuns. Frise-se, ainda, a celebração de Termos de Cooperação com o Tribunal de Contas para ter acesso facilitado aos dados técnicos indispensáveis para uma atuação mais efetiva e pontual no combate ao desvio de recursos públicos.

Para auxiliar o cumprimento de suas funções, o Procurador-Geral de Justiça conta ainda com uma Chefia de Gabinete.

Secretaria Geral

A Secretaria Geral é um órgão da Administração subordinado ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 11, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 12/93, chefiado por um Secretário, que também funciona como Secretário-Geral do Conselho Superior do Ministério Público, conforme o § 4º, do art. 22 deste mesmo diploma legal.

O Ato PGJ nº 479/2014 estabelece o organograma da Secretaria Geral: Assessoria para Atos Administrativos; Assessoria para Transparência Administrativa; Assessoria para Distribuição Processual de 2º Grau; Assessoria para Distribuição Processual de 1º Grau.

Importante salientar que a Secretaria Geral apresentou no primeiro semestre de 2016 o Projeto “Boletim Informativo”, que integra o Plano de Atuação Administrativa. Tal instrumento será disponibilizado por meio eletrônico ao público interno e trará um resumo das atividades realizadas mensalmente pelas diversas unidades administrativas do MPPI. O Boletim objetiva dar visibilidade às ações realizadas por membros e servidores e, conseqüentemente, valorizar o trabalho realizado cotidianamente na instituição.

Espécie	2ª Semestre 2015 e 1º Semestre de 2016
Ofícios Expedidos do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça	1274
Ofícios Circulares do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça	13
Atos PGJ	77
Portarias PGJ	3132
Recomendações	4
Editais PGJ	27

Espécie	2ª Semestre 2015 e 1º Semestre de 2016
Ofícios Expedidos da Secretaria-Geral	69
Memorandos da Secretaria-Geral	41

Espécie	2ª Semestre 2015 e 1º Semestre de 2016
Portarias Eleitorais (PRE)	251

ASSESSORIA PARA DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL DE 2º GRAU



As atribuições da Assessoria para Distribuição Processual de 2º Grau estão descritas no art. 41 do Ato PGJ nº 479/2014, competindo conduzir o serviço de distribuição, selecionando, registrando e classificando os processos remetidos ao Procurador-Geral de Justiça e aos Procuradores de Justiça.

Tramitaram pela Assessoria para Distribuição Processual de 2º Grau:

PERÍODO	CIENTES		PARECERES		
	Com e sem recurso	SALDO ANTERIOR	DISTRIBUÍDOS	DEVOLVIDOS	SALDO
2015	5581	174	10301	9846	629
Primeiro semestre 2016	2540	628	7183	6874	937

ASSESSORIA PARA DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL DE 1º GRAU

À Assessoria para Distribuição Processual de 1º Grau compete dentre outras atividades, distribuir, selecionando, registrando e classificando os processos e procedimentos a serem remetidos às Promotorias de Justiça de Teresina.

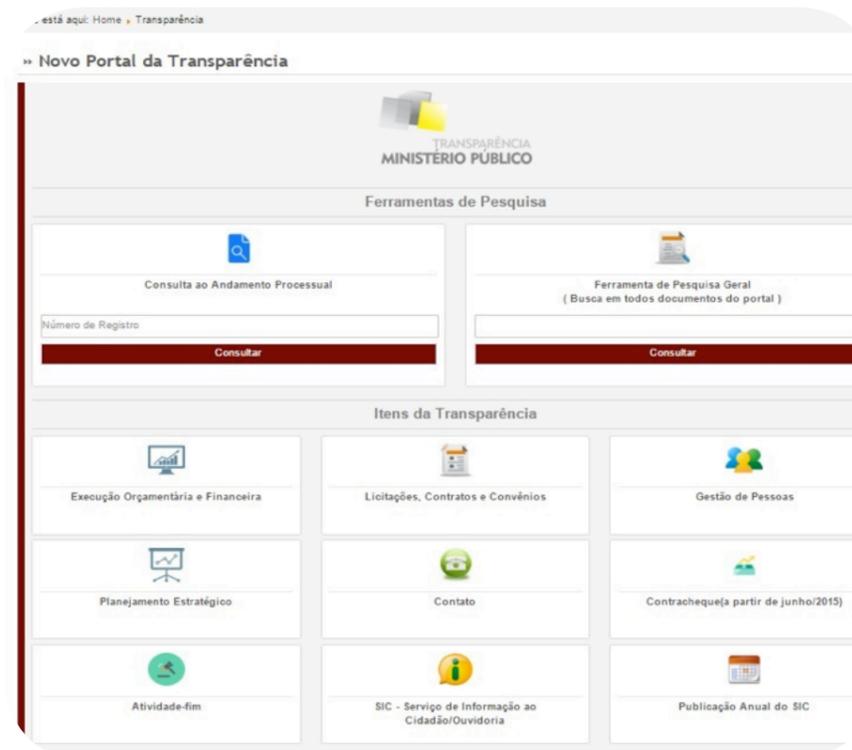
Pela análise do relatório de entrada e saída de processos judiciais e extrajudiciais do SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público), verifica-se que tramitaram pela Assessoria para Distribuição Processual de 1º Grau o seguinte quantitativo de processos:



PERÍODO	DISTRIBUÍDOS	DEVOLVIDOS
2º SEMESTRE 2015	29096	27286
1º SEMESTRE 2016	35214	30932

ASSESSORIA PARA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

A Assessoria para Transparência Administrativa possui atribuição de administrar o Portal da Transparência, mantendo os registros e controles necessários, além de possuir dentre outras as atribuições de : orientar sobre a padronização oficial de documentos para publicação; fornecer dados para a tomada de decisões relacionadas à política de transparência do Ministério Público; garantir ampla publicidade acerca do orçamento anual do Ministério Público; divulgar a estrutura remuneratória dos servidores e membros do Ministério Público; tornar pública a quantidade de cargos; conferir publicidade aos valores das despesas realizadas com membros e servidores ativos e inativos, bem como ao valor do repasse feito ao órgão previdenciário; assegurar conhecimento ao público em geral acerca das empresas que prestam serviços de natureza continuada junto ao Ministério Público; informar o número de estágios obrigatórios e não obrigatórios e conferir publicidade externa às diárias e passagens concedidas no âmbito do Ministério Público do Piauí.



De acordo com o último ranking de classificação dos Ministérios Públicos divulgado pelo Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP, o Ministério Público do Estado Piauí ficou na 15ª (décima quinta) posição no Transparentômetro, relativo às publicações do primeiro trimestre de 2016. Tal ferramenta aponta não apenas o cumprimento das diretrizes da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/11), mas também das Resoluções do CNMP nº 86/2012, 89/2012 e 115/2014.

Assessorias Especiais da PGJ

Para o exercício de suas funções específicas, o Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça conta, ainda, com uma Assessoria Especial prevista no art. 11, II, da Lei Complementar Estadual nº 12/93, composta por Promotores de Justiça de última entrância.

Atuação do Procurador-Geral de Justiça por meio das Assessorias Especiais: Criminal e de Improbidade Administrativa, Cível e Administrativa.

Ofícios e memorandos expedidos

	2º Semestre de 2015	1º Semestre de 2016
OFÍCIOS EXPEDIDOS	396	672
MEM. EXPEDIDOS	35	59

Controle de Produtividade de Processos

	2º Semestre de 2015	1º Semestre de 2016
ADMINISTRATIVOS	756	816
JUDICIAIS CÍVEIS	304	620
CRIMINAIS	522	584

Atuação do Procurador-Geral de Justiça

	2º Semestre/2015	1º Semestre/2016
Pareceres Judiciais	253	594
Despachos	639	577
Decisões	140	301
Proposituras de ação	01	00
Denúncias	9	10
Requisição de Inquéritos	7	6
Manifestações Judiciais	278	256
Atos Normativos	3	25
Projetos de Lei	2	4

ATOS NORMATIVOS PGJ - 2º semestre/2015

1. ATO PGJ Nº 534, de 07 de agosto de 2015 - Altera o Ato PGJ nº 479/2014, que dispõe sobre a estrutura e a organização dos órgãos da administração e dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Piauí.
2. ATO PGJ Nº 540, de 28 de outubro de 2015 - Dispõe sobre a jornada de trabalho, a prestação de serviço extraordinário, o banco de horas e o controle de frequência dos servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, e dá outras providências.
3. ATO PGJ Nº 543, de 23 de novembro de 2015 - Institui o Gabinete de Segurança Institucional no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí.

ATOS NORMATIVOS PGJ – 1º semestre/2016

1. ATO PGJ nº 555, de 11 de janeiro de 2016 - Altera o ATO PGJ Nº 479/2014, que dispõe sobre estrutura e a organização dos órgãos da administração e dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Piauí.
2. ATO PGJ Nº 556, de 20 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre o Crachá de Identificação Funcional dos servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, o acesso de visitantes aos prédios da Instituição e dá outras providências.
3. ATO PGJ Nº 557, de 02 de fevereiro de 2016 - Regulamenta a organização e a operacionalização do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.

4. ATO PGJ Nº 558, de 26 de fevereiro de 2016 - Delega funções administrativas do Procurador-Geral de Justiça ao Coordenador de Recursos Humanos.
5. ATO PGJ Nº 559, de 07 de março de 2016 - Dispõe sobre a elaboração de contrarrazões, na hipótese do art. 600, §4º, do Código de Processo Penal.
6. ATO PGJ Nº 560, de 15 de março de 2016 - Altera o Ato PGJ nº 529/2015, que trata da impossibilidade de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí praticarem atribuições de natureza privativa de órgão de execução ministerial, seja no âmbito processual ou extrajudicial.
7. ATO PGJ Nº 562, de 21 de março 2016 - Dispõe sobre os dias em que não haverá expediente nos órgãos e nas unidades do Ministério Público do Estado do Piauí, no ano de 2016.
8. ATO PGJ Nº 563, de 22 de março de 2016 - Dispõe sobre o uso do nome social no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí.
9. ATO PGJ Nº 564, de 31 de março de 2016 - Altera o Ato PGJ nº 461/2013, que dispõe sobre a utilização dos veículos pertencentes à frota oficial do Ministério Público do Estado do Piauí e dá outras providências.
10. ATO PGJ Nº 566, de 13 de abril de 2016 - Altera o Ato PGJ-PI nº 559/2016.
11. ATO PGJ Nº 570, de 12 de maio de 2016 - Regulamenta o Programa de Estágio Obrigatório no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí.
12. ATO PGJ Nº 571, de 12 de maio de 2016 - Institui e regulamenta o Programa de Serviço Voluntário no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí.
13. ATO PGJ Nº 573, de 27 de maio de 2016 - Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPIA.
14. ATO PGJ Nº 574, de 30 de maio de 2016 - Altera o inciso I do art. 1º do Ato PGJ nº 454/2013, que dispõe sobre os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Piauí.
15. ATO PGJ Nº 576, de 06 de junho de 2016 - Altera o ATO PGJ Nº 479/2014, que dispõe sobre estrutura e a organização dos órgãos da administração e dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Piauí.
16. ATO PGJ Nº 577, de 09 de junho de 2016 - Altera o art. 15, do Ato PGJ nº 414/2013, que dispõe sobre o pagamento de diárias e ajuda de custo aos servidores do Ministério Público do Estado do Piauí.
17. ATO PGJ Nº 600, de 29 de junho de 2016 - Altera o ATO PGJ Nº 456/2013, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para o pagamento de despesas de exercícios anteriores relativas a pessoal no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí e estabelece outras providências.
18. ATO PGJ Nº 601, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí.
19. ATO PGJ Nº 602, de 05 de julho de 2016 - Regulamenta a concessão e o uso de certificado

digital por membros e servidores do Ministério Público do Piauí e dá outras providências.

20. ATO PGJ Nº 603, de 05 de julho de 2016 - Dispõe sobre a Política de Comunicação Institucional do Ministério Público do Estado do Piauí.
21. ATO PGJ Nº 604/2016, de 15 de julho de 2016 - Altera o ATO PGJ Nº 479/2014, que dispõe sobre estrutura e a organização dos órgãos da administração e dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Piauí.
22. ATO PGJ Nº 605, de 21 de julho de 2016 – Dispõe sobre a Gestão Documental no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí
23. ATO PGJ Nº 606, de 22 de julho de 2016 - Disciplina a participação de Promotores de Justiça em mutirões, projetos da Justiça Itinerante e outros projetos similares.
24. ATO PGJ Nº 610, de 22 de julho de 2016 - Aprova o Regimento Interno do Comitê do Programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho: “Bem Viver no MP-PI”
25. ATO PGJ Nº 611, de 22 de julho de 2016 - Estabelece a escala de substituição automática das Procuradorias de Justiça do Estado do Piauí, nos casos de vacância, afastamento, impedimento ou suspeição do titular, e dá outras providências.

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI

2º Semestre 2015/ 1º semestre 2016

1. Projeto de Lei alterando a Lei Estadual nº 6.237, de 05 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, reduzindo o percentual mínimo da reserva de cargos em comissão para os servidores efetivos do Ministério Público do Estado do Piauí.
2. Projeto de Lei alterando a Lei Complementar nº 36, de 09 de janeiro de 2004, que regulamenta o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor – SEDC e transforma o serviço de defesa comunitária – Decom/MP em Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado do Piauí – PROCON/MP-PI.
3. Projeto de Lei alterando a Lei Estadual nº 6.237, de 05 de julho de 2012, que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras dos servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, criando os cargos de Assessor de Promotor de Justiça.
4. Projeto de Lei alterando a Lei Estadual nº 6.237, de 05 de julho de 2012, que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras dos servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, concedendo a revisão salarial dos seus vencimentos.
5. Projeto de Lei alterando a Lei Complementar nº12, de 18 de dezembro de 1993, que revoga a cláusula de barreira dos membros substitutos do Ministério Público do Estado do Piauí.
6. Projeto de Lei alterando a Lei Complementar nº12, de 18 de dezembro de 1993, que institui gratificação pelo exercício do cargo no Gabinete de Segurança Institucional – GSI e no Grupo de Atuação

Especial de Combate ao Crime Organizado, pelo efetivo exercício em órgão de difícil provimento e pela atuação perante a Turma Recursal de Juizado Especial e a Junta Recursal do PROCON; e introduz o estagiário de pós-graduação como órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí.

ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A Assessoria Especial de Planejamento e Gestão, coordenada por um membro do Ministério Público e composta pela Assessoria para Elaboração e Acompanhamento de Projetos e Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária, subsidia o gestor na busca constante da eficácia organizacional.

Cabe à Assessoria Especial de Planejamento e Gestão ordenar a elaboração, a execução, o monitoramento e a avaliação do Planejamento Estratégico Institucional e desenvolver aplicar ferramentas para facilitar a integração técnica e funcional entre as unidades do Ministério Público do Piauí. Ademais, é responsável por coordenar a elaboração, o monitoramento e a avaliação dos planos de ação setoriais e operacionais; coordenar a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do PGA – Plano Geral de Atuação.

A AEPG teve papel relevante no primeiro ano da gestão do Procurador-Geral de Justiça, representando o MPPI nas reuniões periódicas do Fórum Nacional de Gestão realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, além das Ações Nacionais Estruturantes também promovidas pelo CNMP.

Assessoria para Elaboração e Acompanhamento de Projetos

A Assessoria tem como objetivo auxiliar membros e servidores na elaboração, gerenciamento e execução dos projetos, tanto os da área finalística quanto os da área administrativa. Desde 2014 o Plano Geral de Atuação vem sendo utilizado como instrumento de planejamento institucional de curto prazo, composto por objetivos com foco exclusivo na atividade-fim.

No segundo semestre de 2015 os Centros de Apoio Operacional, PROCON e NUPEVID, com auxílio da AEPG, iniciaram a construção do PGA 2016/2017, que ganhou uma roupagem mais participativa, possibilitando que todos os membros da instituição pudessem enviar sugestões de projetos e/ou temáticas que consideravam relevantes para serem trabalhadas no biênio posterior.

O PGA 2016/2017 da área finalística foi lançado em abril de 2016 durante o II Encontro de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Piauí. A programação incluiu abertura solene, palestra sobre governança judicial e vitrine dos projetos elaborados pelos Centros de Apoio Operacional, pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupevid).



2º Encontro Institucional de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Piauí, em abril de 2016.

PGA 2016/2017

UNIDADE ADMINISTRATIVA	PROJETOS
CAOPDI	<ul style="list-style-type: none"> O Ministério Público por um Piauí Acessível Conselhos de Direitos: participação e Fortalecimento Social
CACOP	<ul style="list-style-type: none"> Preservação da Administração Pública em Período Pré e Pós Eleitoral
CAODS	<ul style="list-style-type: none"> #MPCONTRAOADES Ministério Público pelo Direito de Nascer
CAOCRIM	<ul style="list-style-type: none"> O MP em busca da redução da criminalidade no Estado do Piauí MPPI em Defesa da Ressocialização
CAOMA	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhando o Destino Certo para o Nosso Lixo A Voz do Povo na Defesa do Meio Ambiente
CAODEC	<ul style="list-style-type: none"> Queremos paz! Escola Legal
CAODIJ	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecendo a Rede Sociassistencial da Infância e Juventude Fortalecimento da Rede de Proteção: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Orçamento Criança
NUPEVID	<ul style="list-style-type: none"> Reeducar: o homem no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher A Lei Maria da Penha nas Escolas: desconstruindo a violência, construindo diálogos
PROCON	<ul style="list-style-type: none"> Rede PROCON PROCON Móvel

A área meio da instituição foi contemplada com o Plano de Atuação Administrativa. Tal iniciativa teve influência da Ação Nacional Estruturante “Desdobrando a Estratégia”, ocorrida em dezembro de 2015. Através do modelo de painéis de contribuição, cada unidade administrativa que compõe a área meio foi convidada a apresentar pelo menos um projeto que viabilizasse a execução do Plano Estratégico do MPPI. O Plano de Atuação Administrativa foi construído de forma dinâmica e democrática, incluindo a realização de uma Oficina de Projetos e trabalhos em equipe. Em maio de 2016 o PAA foi lançado em evento no auditório da Procuradoria Geral de Justiça que teve como abertura a palestra “Planejamento Estratégico nas Atividades do Dia-a-dia”, ministrada pelo renomado administrador Ricardo Masstarlez.



Lançamento do Plano Geral de Atuação Administrativa (PAA), em maio de 2016.

PLANO DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA

UNIDADE ADMINISTRATIVA	PROJETOS
Coordenadoria de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> Formulários RH Programa de Ambientação de Novos Servidores
Coordenadoria de Licitações e Contratos	<ul style="list-style-type: none"> Agenda Cidadã Compra Fácil Fiscal Consciente Café Filosófico
Coordenadoria de Perícias e Pareceres	<ul style="list-style-type: none"> Conhecendo as Práticas Periciais Fortalecendo Parcerias
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> Ouvidoria Online MP/TJ Integrado Comunicação à Distância (Videoconferência) Sala Cofre

UNIDADE ADMINISTRATIVA	PROJETOS
Coordenadoria de Apoio Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • MP Sustentável • Doação Social • Transporte Eficiente • Racionalização Documental • Gestão Documental Digital
Coordenadoria de Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Media Training • Guia do MP
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças	<ul style="list-style-type: none"> • Controle Previdenciário
Controladoria Interna	<ul style="list-style-type: none"> • MP Padrão
Assessoria Especial de Planejamento e Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Custos • Projetos MPPI
Secretaria Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Boletim Informativo

Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária

A Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária, cuja missão institucional é racionalizar o processo de alocação de recursos, zelando pelo equilíbrio das contas públicas através da melhoria da efetividade do processo orçamentário, buscou, neste período, melhor dotação orçamentária para o exercício de 2016, como tem feito ao longo dos últimos anos.

Um orçamento justo para o Ministério Público se faz necessário para que seja possível colaborar na melhoria da prestação jurisdicional, no entanto, diante das grandes dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria dos Estados, diversas discussões foram realizadas acerca da distribuição de recursos e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para 2016. Esta Assessoria apresentou um relatório detalhado da proposta orçamentária, com inúmeras informações do planejamento traçado, metas e prioridades do MPPI, conforme dados constantes da lei de diretrizes orçamentárias, instrumento já tradicional para início do processo orçamentário. Ao final, o incremento aprovado ao orçamento do Ministério Público foi de 9,7% em relação ao exercício financeiro anterior.

Em relação ao acompanhamento da execução orçamentária, este tem oferecido parâmetros norteadores para a adequação da dotação orçamentária em termos da sua programação, influenciando nas decisões a serem tomadas quanto as medidas para melhoria da eficiência da execução, a qual resultou na execução de 98,81% do Orçamento/2015 da Procuradoria-Geral de Justiça, bem como na concessão de créditos adicionais suplementares, cujo montante total foi de R\$ 2.559.086,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e oitenta e seis reais).

Ao longo do segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016, a Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária elaborou 597 (quinhentos e noventa e sete) pareceres acerca da compatibilidade de despesas com as Leis Orçamentárias para comprovar que o crédito constante do orçamento era suficiente ou não para cobertura da despesa que se pretendia realizar e diversos estudos de impacto decorrentes da criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação do Ministério Público devidamente acompanhados das premissas e metodologia de cálculo, para definição dos componentes e dos valores exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.



A Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima exerce o cargo de Subprocuradora-Geral de Justiça desde julho de 2015.

Consoante o artigo 14, parágrafo único da Lei Complementar nº 12/93 o Subprocurador Geral de Justiça é nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre os Procuradores de Justiça de acordo com Resolução do Colégio de Procuradores. Compete à Subprocuradoria Geral de Justiça substituir o Procurador-Geral de Justiça em suas faltas, impedimentos, licença e férias.

Atualmente, a Subprocuradoria Geral de Justiça é exercida pela Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima, nomeada pelo Procurador-Geral de Justiça, Cleandro Alves de Moura por meio do Ato nº 532/2015, data do de 27 de julho de 2015.

Ressalte-se que desde a data mencionada a Subprocuradora Geral de Justiça tem exercido as funções do cargo em todas as faltas, impedimentos, licenças e férias do Procurador-Geral de Justiça, respondendo efetivamente por suas atribuições.

Colégio de Procuradores de Justiça



Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí durante a sessão solene de posse do atual Procurador-Geral de Justiça. Julho de 2015

O Colégio de Procuradores de Justiça desempenha, dentre outras, as seguintes atribuições: opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de um quarto de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse da instituição; propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na lei orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais; aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação, modificações e extinção de cargos e serviços auxiliares.

Sessões e Resoluções Aprovadas

DISCRIMINAÇÃO		2º semestre 2015 e 1º semestre 2016
Sessões Realizadas	Ordinárias	9
	Extraordinárias	2
Resoluções Aprovadas		7

Resumo das Resoluções Aprovadas

- Resolução nº 04/2015-CPJ/PI - Altera a Resolução CPJ/PI Nº 03/2010, que “dispõe sobre a distribuição das atribuições do Ministério Público Estadual de primeiro grau aos seus diversos órgãos de execução, revoga as disposições da Resolução 01/2010 e dá outras providências”.
- Resolução nº 05/2015-CPJ/PI - Regulamenta a eleição dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2016/2017.
- Resolução nº 06/2015-CPJ/PI - Dispõe sobre o exercício constitucional do controle externo da

atividade policial no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí.

- Resolução nº 07/2015-CPJ/PI - Dispõe sobre a criação do Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça com atuação no Tribunal do Júri.
- Resolução nº 08/2015-CPJ/PI - Altera o art. 4º da Resolução nº 04, de 24 de novembro de 2014, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí.
- Resolução nº 01/2016-CPJ/PI - Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Combate à Corrupção – GECOC.
- Resolução nº 02/2016-CPJ/PI - Revoga a Resolução nº 05, de 27 de fevereiro de 2012 e altera o art. 1º da Resolução nº 13, de 13 de setembro de 2011, ambas do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí.

Atuação do Colégio de Procuradores – 2º semestre 2015 e 1º semestre 2016

DISCRIMINAÇÃO		2015
Processos	Conhecidos	7
	Tramitando	1
Processo Administrativo Disciplinar (Recurso)		1

Conselho Superior



Posse dos membros eleitos para o Conselho Superior do Ministério Público, biênio 2016-2017, em janeiro de 2016.

Nos termos do art. 2º da Resolução nº 002/2008–CSMP, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí, órgão da Administração Superior e de execução do Ministério Público, tem atribuições de fiscalizar e superintender a atuação dos membros da instituição e dos seus órgãos, bem como de velar por seus princípios institucionais.

Sessões e Resoluções aprovadas

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre de 2015 e 1º Semestre de 2016
Sessões realizadas	36 sessões (da 1172ª - realizada no dia 7/8/2015 - a 1207ª - realizada no dia 24/06/2016)
Resoluções aprovadas	RESOLUÇÃO CSMP/PI Nº 01/2016
Recomendações	-
Editais	37 editais

Atuação do Conselho Superior do Ministério Público

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre de 2015 e 1º Semestre de 2016
Titularizações de Promotores(as) de Justiça Substitutos	<ol style="list-style-type: none"> Ana Sobreira Botelho - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Carlos Rogério Beserra da Silva - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Adriano Fontenele Santos - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Maurício Verdejo Gonçalves Júnior - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Márcio Fernando Magalhães Franca - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Paulo Maurício Araújo Gusmão - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Antônio César Gonçalves Barbosa - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Rafael Maia Nogueira - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Raimundo Nonato Ribeiro Martins Júnior - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Luiz Antônio França Gomes - Ato PGJ/PI nº 545/2016

Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Inicial	<ol style="list-style-type: none"> Ana Sobreira Botelho - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Carlos Rogério Beserra da Silva - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Adriano Fontenele Santos - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Maurício Verdejo Gonçalves Júnior - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Márcio Fernando Magalhães Franca - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Paulo Maurício Araújo Gusmão - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Antônio César Gonçalves Barbosa - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Rafael Maia Nogueira - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Raimundo Nonato Ribeiro Martins Júnior - Ato PGJ/PI nº 545/2016 Luiz Antônio França Gomes - Ato PGJ/PI nº 545/2016
Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Intermediária	Não houve
Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Final	<ol style="list-style-type: none"> Micheline Ramalho Serejo Silva – Ato PGJ/PI nº 568/2016 Gilvânia Alves Viana - Ato PGJ/PI nº 568/2016
Pedidos de Permuta	1. Permuta entre os Promotores de Justiça Sávio Eduardo Nunes de Carvalho e Régis de Moraes Marinho – Ato PGJ/PI nº 521/2015 e 522/2015
Pedidos de Remoção para Entrância Inicial	Não houve
Pedidos de Remoção para Entrância Intermediária	Não houve
Pedidos de Remoção para Entrância Final	<ol style="list-style-type: none"> Sávio Eduardo Nunes Nunes Carvalho: Remoção, por permuta, para a 30ª Promotoria de Justiça de Teresina – Ato PGJ/PI nº 521/2015 Régis de Moraes Marinho - Remoção, por permuta, para a 15ª Promotoria de Justiça de Teresina – Ato PGJ/PI nº 522/2015 Cláudio Roberto Pereira Soeiro – Ato PGJ/PI nº 567/2016

Processos Distribuídos por Conselheiro no 2º Semestre 2015 e 1º Semestre 2016

Nome do Conselheiro	Nº de Processos Distribuídos
Aristides Silva Pinheiro (titular)	190
Luís Francisco Ribeiro (titular)	99
Antônio de Pádua Ferreira Linhares (titular)	219
Martha Celina de Oliveira Nunes (titular)	227
Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando (titular)	111
Fernando Melo Ferro Gomes (titular)	152
Clotildes Costa Carvalho (titular)	141
Hosaías Matos de Oliveira (suplente)	130
José Ribamar da Costa Assunção (suplente)	42
Teresinha de Jesus Marques (suplente)	67
Antônio Ivan e Silva (suplente)	35
TOTAL	1413



Ipê Amarelo em Teresina (PI)

III - CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é órgão auxiliar do Ministério Público do Piauí, foi instituído pelo Ato nº 413/2013, e se destina a realizar cursos de aperfeiçoamento e treinamento, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, publicações e quaisquer outras atividades que visem o aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e seus servidores.

Em 2015 (segundo semestre) e 2016 (primeiro semestre), o CEAF diretamente ou por meio de parcerias realizou cursos, oficinas, palestras e estágios de adaptação de Promotores de Justiça, entre outras atribuições previstas no Ato nº 413/2013.

CURSO DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DO COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 03 de julho de 2015, 08 (oito) horas/aula. Teresina – PI. O curso de Instrumentalização no Combate à Improbidade Administrativa, aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça e foi ministrando por Emerson Garcia, Promotor de Justiça do Rio de Janeiro e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa e autor de diversos livros lançados na área.



CURSO TRIBUNAL DO JÚRI, 07 DE AGOSTO DE 2015, 08 (oito) horas/aula. Teresina-PI: O curso “Tribunal do Júri”, foi promovido pelo CEAF/PI em parceria com a Associação Piauiense do Ministério Público (APMP). O objetivo foi de aprimorar o desempenho dos membros e servidores no tocante as atividades Tribunal de Júri. Ao todo, foram 92 inscritos.

Com duração de 8h/aula, o curso teve a participação do membro do Ministério Público de São Paulo, Márcio Augusto Friggi de Carvalho, que atualmente, exerce as funções de Coordenador de Inteligência do MPSP, Secretário-Executivo do GAECO, Assessor de Segurança Institucional e Assessor do CAO-CRIM (Centro de Apoio Operacional Criminal). Mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o palestrante, que também é professor, repassou a experiência de atuação em processos de repercussão nacional e internacional, como o caso Celso Daniel e Massacre do Carandiru, citado por segmentos da imprensa como o maior Júri da história do país.



CURSO DE PRÁTICAS DE REDAÇÃO OFICIAL

FLORIANO /PI, 10 e 11 de setembro de 2015, 08 (oito) horas/aula.

PICOS/PI, 17 e 18 de setembro de 2015, 08 (oito) horas/aula.

Servidores do Ministério Público das comarcas de Floriano e Picos e outras Comarcas do sul do Estado participaram, de curso de Prática em Redação Oficial promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). A capacitação em redação oficial é de fundamental importância para os servidores, pois permite a elaboração de documentos padronizados, levando em conta aspectos importantes como legalidade, contextualidade e transparência, para que os textos cumpram todos os requisitos técnicos e sejam inteligíveis a todos os cidadãos.



Curso “O NOVO CPC : PRINCIPAIS INOVAÇÕES” (módulo I), 25 de setembro de 2015, 08 (oito) horas/aula. Teresina- PI. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Piauí, em parceria com a Associação Piauiense do Ministério Público, promoveu (25/09) o primeiro módulo do curso sobre o novo Código de Processo Civil e suas principais inovações. O objetivo foi capacitar os colaboradores do Ministério Público que lidam diariamente com demandas cíveis. No turno da manhã, o Promotor de Justiça do Rio de Janeiro Humberto Dalla, Mestre e Doutor em Direito pela UERJ e Pós-doutor em Direito pela Uconn Law School, ministrou a palestra Novo CPC: Principais Inovações. E durante o turno da tarde, o Juiz de Direito do TJ-PI Thiago Brandão de Almeida apresentou palestra, com o tema “Tutela de Urgência do Novo CPC”.



CURSO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, 19 e 20/11 de 2015, Unidade SENAC/FLORIANO/PI. O encontro contribuiu para o aprimoramento do conhecimento de membros e servidores do Ministério Público em relação à defesa do patrimônio público, do consumidor e da ordem econômica. O Ministério Público do Estado do Piauí e o Tribunal de Contas celebraram parceria para viabilizar a realização do curso “Improbidade Administrativa e Defesa do Patrimônio Público”, no município de Floriano. O curso foi realizado nos dias 19 e 20 de novembro, na sede do SENAC. Participaram membros, servidores e estagiários, com atuação nas Promotorias de Justiça de Floriano e microrregiões.





II MÓDULO DO CURSO “O NOVO CPC: PRINCIPAIS INOVAÇÕES”, 23 de novembro de 2015, 08(oito) horas/aulas (Local: Teresina/PI). O curso tratou das principais alterações que a nova legislação vai trazer na atuação do MP, a partir de março, quando o novo CPC entrará em vigor. O Promotor de Justiça do Estado da Bahia Cristiano Chaves de Farias abriu a programação do segundo módulo do curso sobre o “AS PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL”, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional -CEAF em parceria com a Associação Piauiense do Ministério Público. A palestra tratou da atuação do MP na área de família à luz do novo CPC. O palestrante é membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM. A programação do curso teve continuidade no turno da tarde com palestra do Promotor de Justiça de Pernambuco Frederico José Santos de Oliveira.

4º Processo Seletivo de Estagiários de Nível Superior, 29 de novembro de 2015. (TERESINA)



“CONCURSO PÚBLICO: POR UM SERVIÇO PÚBLICO LEGAL E EFICIENTE”. No dia 04/12/2015, cerca de 100 membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado do Piauí prestigiaram a palestra “Concurso Público: por um serviço legal e eficiente”, resultado de uma parceria entre o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional-CEAF e o Núcleo das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública. O projeto foi proposto pelos Promotores de Justiça Leida Diniz e Fernando Santos. A palestra foi conduzida pela Promotora de Justiça Rita Tourinho, do Ministério Público da Bahia. Ela é graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (1988) e mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). Atualmente é professora assistente da Faculdade Ruy Barbosa, professora da Escola de Magistrados da Bahia, professora do Fundação Escola Superior do Ministério Público e da Escola Baiana de Direito e Gestão. Durante o encontro foram traçadas estratégias comuns visando à maior efetividade da atuação do Ministério Público nas questões relacionadas a Concurso Público.

Rio Poty

IV - OUVIDORIA



A rede estadual comemorou o Dia Nacional do Ouvidor com atendimento de vários órgãos, em praça no Centro de Teresina. Março de 2016.

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí foi instituída pela Lei Complementar nº 48 de 13 de julho de 2005, e desde novembro de 2012 o cargo de Ouvidora do Ministério Público do Estado do Piauí é ocupado pela Procuradora de Justiça Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.

A Ouvidoria funciona como um canal aberto de comunicação com a sociedade, atuando como a porta de acesso da sociedade ao Ministério Público; é o lugar onde o cidadão pode fazer denúncias, reclamações, críticas, elogios, pedidos de informação ou sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelos membros, servidores e órgãos da Instituição, com o objetivo de dar efetividade, manter e aprimorar um padrão de excelência nos serviços e atividades públicas. Tem como objetivo fortalecer a cidadania e elevar, continuamente, os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pela Instituição.

AÇÕES

- Reunião de planejamento e organização do Dia do Ouvidor no mês de março de 2016, com os integrantes da Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí (Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal Regional Eleitoral e Ordem dos Advogados do Brasil e da Ouvidoria Geral do Estado);

- Comemoração ao Dia Nacional do Ouvidor, em 16 de março de 2016, com atividades de atendimento ao público na Praça Rio Branco, nos horários de 08:00 às 17:00h, no centro de Teresina, juntamente com órgãos que integram a Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí (Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil e da Ouvidoria Geral do Estado).
- Participação na XXV Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, realizada nos dias 02 e 03 de julho de 2015, em Rio Branco/AC, na I Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público- CNOMP, realizada nos dias 06 a 09 de outubro de 2015, no Rio de Janeiro/RJ e na XXVII Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público- CNOMP, realizada nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, em João Pessoa/PB.
- Participação no evento realizado pelo CNMP: Ação Nacional para Integração e Aprimoramento das Ouvidorias do Ministério Público, realizado nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2015, em Brasília-DF e em audiência com o Procurador- Geral da República, Doutor Rodrigo Janot, no dia 30 de novembro de 2015, também na capital federal.
- XXVIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP, realizada nos dias 10 e 11 de março de 2016, em Vitória/ES e XXIX Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP, realizada nos dias 19 e 20 de maio de 2016, em Porto Velho- RO.
- Participação no Curso de Atendimento ao Público e Facilitação de Diálogos em Ouvidoria, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público- CNMP, realizado nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2016, em Brasília/DF.



A Ouvidora do Ministério Público, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, participa de audiência pública que discutiu dificuldades no Judiciário piauiense. Setembro de 2015.

RECURSOS DA OUVIDORIA DO MPPI

- **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)** - Em maio de 2013, atendendo às determinações da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011), foi criado o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, objetivando atender e orientar quanto ao acesso a informações, conceder o acesso imediato aos dados disponíveis e informar sobre a tramitação de documentos, oferecendo aos cidadãos acesso às informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, nos termos do art. 5º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil. Cabe ressaltar que o SIC do MP-PI está em funcionamento no mesmo espaço físico da Ouvidoria, e pode ser contatado pessoalmente ou através dos telefones 127, ramais 3216-4563 e 3216-4589, além do e-mail sic@mppi.mp.br e de formulário eletrônico na página do SIC, no sítio do MP-PI.
- **Tri-dígito 127** – Por ser a Ouvidoria um canal permanente de comunicação direta ao cidadão, foi diligenciada, junto à empresa Oi Telefonias, a troca do número 08000-864550 para o tri-dígito 127, garantindo, assim, uma comunicação gratuita mais ágil e acessível para a comunidade.
- **Formulário eletrônico** – Para assegurar uma maior praticidade e eficiência aos cidadãos na realização de manifestações pela internet, foi providenciada, junto à Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MP/PI, a implantação de formulários eletrônicos online nas páginas da Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), no sítio do Ministério Público do Piauí. Dessa forma, o manifestante poderá preencher os campos com os dados necessários e expor sua manifestação com maior segurança e agilidade.
- **E-mail Institucional** ouvidoria@mppi.mp.br – Também funciona como canal para receber denúncias, reclamações e sugestões.
- **Sistema eletrônico de gerenciamento e acompanhamento de manifestações** – Implementou-se o sistema eletrônico de controle e acompanhamento das manifestações realizadas no âmbito da Ouvidoria, no qual são gerenciados todos os dados relativos às solicitações do manifestante.
- **Rede de Cooperação Técnica entre Ouvidorias** - A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí, juntamente com Ouvidoria do Governo do Estado, Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho e Ordem dos Advogados, todos do Estado do Piauí, se reuniram e assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para formar a Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí, que tem como principal objetivo difundir estas Ouvidorias como um efetivo instrumento de democracia e melhoria da gestão pública, além de suprimir lacunas existentes em razão das limitações de competência de cada órgão. Neste sentido, foi lançada a cartilha educativa da Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí, que contém informações importantes e precisas sobre todas as ouvidorias integrantes desta rede.
- **Materiais de divulgação** – Requisitou-se a confecção de folders informativos sobre a Ouvidoria do MP-PI, que tratam, de forma acessível e objetiva, sobre os objetivos, a atuação e as formas de contato com a Ouvidoria do MP-PI. Tais folders estão sendo distribuídos durante os eventos em que a Ouvidoria faz-se presente.
- **OUVIDORIA ONLINE** – O projeto para implantar o Chat da Ouvidoria do MPPI está em fase de execução, em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, que está desenvolvendo software próprio para criar mais uma espécie de canal de comunicação com a sociedade.

DADOS ESTATÍSTICOS**QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES - JULHO A DEZEMBRO - 2015**

MÊS	E-mail	Telefone	Atendimento Pessoal	Outros
Julho	49	53	01	01
Agosto	56	58	03	02
Setembro	40	51	03	00
Outubro	52	59	06	01
Novembro	34	51	05	00
Dezembro	21	24	04	00
TOTAL	252	296	22	04

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES - JANEIRO A JUNHO - 2016

MÊS	E-mail	Telefone	Atendimento Pessoal	Outros
Janeiro	46	47	01	00
Fevereiro	54	47	07	00
Março	47	65	14	00
Abril	55	57	03	01
Maio	57	47	11	00
Junho	35	25	05	00
TOTAL	294	288	41	01

TIPO DE MANIFESTAÇÃO - JULHO A DEZEMBRO - 2015

Tipo	Quantidade
Solicitações de providência e/ou informação	354
Denúncias	168
Reclamações	43
Sugestões	05
Elogios	03
Críticas	01
TOTAL	574

TIPO DE MANIFESTAÇÃO - JANEIRO A JUNHO - 2016

Tipo	Quantidade
Solicitações de providência e/ou informação	348
Denúncias	217
Reclamações	52
Sugestões	02
Elogios	05
Críticas	00
TOTAL	624

V - ÁREA ADMINISTRATIVA

Coordenadoria de Apoio Administrativo

A Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA) é unidade administrativa responsável pelo planejamento e execução das atividades relacionadas com a aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de mobília e veículos; a aquisição de material de consumo e material permanente; o controle, o acompanhamento e a execução das atividades relativas aos serviços gerais, as atividades auxiliares e a gestão de documentos. Atualmente, estão vinculadas a CAA a Divisão de Material de Consumo, Divisão de Material Permanente, Divisão de Serviços Gerais, Divisão de Gestão de Documentos e Divisão de Transporte.

As ações realizadas pela Coordenadoria no primeiro ano da atual Administração foram direcionadas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Planejamento Estratégico 2010-2022 do MP/PI.

Divisão de Gestão de Documentos

A Divisão de Gestão de Documentos desenvolveu ações voltadas a garantir o acesso à informação, de forma segura e eficiente, ao público externo e interno da instituição. Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Divisão destacam-se:

Tabela de Temporalidade MPPI

A Tabela de Temporalidade é o instrumento que normatiza o prazo de permanência de um documento em um arquivo, bem como sua destinação após tal período, permitindo assim maior racionalidade na gestão de documentos. O projeto de elaboração e implantação da Tabela de Temporalidade do MPPI encontra-se em fase de conclusão e tem previsão de entrega até o final do corrente ano.

Projetos Racionalização Documental e Gestão Documental Digital

A gestão documental dentro de um órgão é imprescindível para o bom fluxo das atividades desenvolvidas. Dessa forma, o projeto “Racionalização Documental”, lançado no Plano de Atuação Administrativa, contemplou a catalogação e classificação de Processos Administrativos, visando organizar a tramitação e a guarda de documentos do MP/PI. Atualmente a execução do projeto já possibilitou a destinação de estrutura imobiliária adequada para a acomodação do novo Arquivo Geral da instituição.

O Projeto Gestão Documental Digital, por sua vez, objetiva garantir maior agilidade ao acesso à informação, melhorar o fluxo da tramitação de documentos e reduzir custos com recuperação e duplicação. O projeto prevê investimentos em aparelhos de scanners e a digitalização dos documentos selecionados, seguindo a normatização da Tabela de Temporalidade.

Divisão de Material de Consumo

O MP/PI dispõe de um software de classificação e controle do estoque que permite a organização dos materiais de acordo com a rotatividade, peso/volume e natureza, além de realizar a identificação dos materiais junto às prateleiras de acordo com sua finalidade. Entre as principais ações desenvolvidas na Divisão de Material de Consumo destacam-se:

Destinação de um novo espaço para depósito

No final de 2015 foi destinado um novo espaço físico para o Almoxarifado, o que permitiu a criação de um estoque de segurança, capaz de absorver as variações de demanda durante o tempo de ressuprimento, evitando dessa maneira a falta de materiais nos setores administrativos e nas Promotorias de Justiça da capital e do interior do estado.

Contratação de empresa para transporte de material de consumo

No ano de 2015 a demanda de pedidos junto à Divisão de Material de Consumo aumentou consideravelmente, haja vista que foram nomeados novos servidores, estagiários e Promotores de Justiça, especialmente nas Promotorias de Justiça do interior do Estado. Diante disso, contratou-se empresa especializada na prestação de serviços de TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE CARGA (material permanente, de expediente, escritório e de consumo), o que possibilitou o transporte seguro e rápido entre o almoxarifado da Procuradoria-Geral de Justiça e os setores demandantes.

Projeto MP SUSTENTÁVEL

Em 2016 a CAA lançou o projeto MP SUSTENTÁVEL, integrante do Plano de Atuação Administrativa. A redução dos custos na compra e no consumo dos materiais de expediente e materiais de consumo por meio de alternativas sustentáveis, além da realização do correto descarte do lixo produzido no MP-PI e combate a proliferação de doenças são os principais objetivos do projeto.

Divisão de Material Permanente

A Divisão de Material Permanente do MP/PI desenvolveu as metas de suas atividades com o objetivo de aumentar o controle dos bens móveis e imóveis do MP/PI. Dentre elas destacam-se a classificação, codificação e tombamento de todos os materiais permanentes adquiridos, além da manutenção de todos os registros patrimoniais atualizados.

Doação e Inventário de Bens

No final de 2015 a Divisão de Material Permanente realizou a doação de bens ociosos e inservíveis. Em 2016, após nova avaliação realizada por Comissão designada para tal fim, verificou-se que alguns bens permanentes mostravam-se inservíveis e antieconômicos, e tais materiais foram destinados a doação. Ademais, em 2016 foi realizado levantamento do inventário de todos os bens permanentes das Promotorias de Justiça do interior do Piauí, o que permitiu que a CAA tivesse maior controle do patrimônio ministerial.

Aquisição de novos Bens Permanentes

Nº PROCESSO	DESCRIÇÃO	VALOR
28/2015	Aquisição de longarina	R\$ 32.002,00
35/2015	Aquisição de ar condicionado tipo split	R\$ 38.200,00
44/2015	Aquisição de ar condicionado tipo split	R\$ 72.012,50
1963/2015	Aquisição de letreiro para sede da PGJ e Promotorias de Justiça de Oeiras, Corrente, Piripiri e União.	R\$ 23.470,00
01/07/16	Aquisição de fragmentadora de papel e enceradeira industrial	R\$ 2.825,15
01/08/16	Aquisição de ar condicionado tipo split	R\$ 29.400,00
01/10/16	aquisição de bebedouro, frigobar, refrigerador e fogão.	R\$ 16.402,26
22/2016	Placa luminosa para a nova promotoria de Valença/PI	R\$ 791,00
24/2016	Aquisição de ar condicionado tipo split	R\$ 19.800,00
27/2016	Aquisição de frigobar e refrigerador	R\$ 6.130,54

Aquisição de Tablets

A Coordenadoria de Apoio Administrativo está adquirindo Tablets para a Divisão de Material Permanente, visando aperfeiçoar o trabalho realizado pelo setor de patrimônio, tornando-o mais preciso e eficaz.

Aquisição de equipamentos de segurança para as sedes da PGJ e das Promotorias de Justiça

A Coordenadoria de Apoio Administrativo está à frente dos procedimentos de aquisição de equipamentos de segurança para a Procuradoria Geral de Justiça. O valor inicial previsto foi de R\$113.036,87 (cento e treze mil e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos). O investimento em tais equipamentos destina-se a garantir a segurança de membros e servidores da instituição, uma vez que a Assessoria Militar ficará munida de aparelhos modernos e adequados que permitirão o melhor desempenho de suas funções. A nova aparelhagem minimizará, ainda, o risco de invasões nos imóveis ministeriais, além de reduzir a possibilidade de eventos ilícitos e crimes contra patrimônio.

Aquisição de projetores multimídia

Buscando viabilizar a apresentação de cursos, palestras, reuniões de trabalho e demais atividades que são realizadas no cotidiano do Ministério Público do Estado do Piauí, realizou-se processo para aquisição de projetores multimídia e tela de projeção. Os instrumentos darão suporte às atividades de estudos e aperfeiçoamento promovidas também pelo CEAF.

Divisão de Transportes

Contratação de seguro de veículos

A Divisão de Transporte buscou mecanismos para garantir maior segurança aos veículos do MP/PI. Foram assinados contratos de seguros dos veículos, o que proporcionou maior amparo em caso de envolvimento dos veículos em sinistros, além de facilitar o ressarcimento de possíveis danos materiais e pessoais que possam ocasionar em decorrência de sua utilidade em serviço.

Serviços de monitoramento e rastreamento via satélite dos veículos do MP/PI e contratação de empresa para gerenciamento do abastecimento e manutenção da frota

Em 2016 contratou-se empresa especializada para realizar o monitoramento e rastreamento dos veículos da frota da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí. Tal serviço é imprescindível para execução das atividades afetas ao Ministério Público do Estado do Piauí, uma vez que permite o controle e acompanhamento da utilização dos veículos oficiais, bem como melhora o controle dos veículos que são patrimônio do MP/PI. A contratação refletiu no aumento da rigidez da fiscalização das atividades realizadas pelos motoristas, o que ocasionou a direta diminuição dos problemas com paradas desnecessárias, ocasionando assim a economia de combustível e redução dos tempos de rota.

Firmou-se ainda contrato para prestação de serviço informatizado de gerenciamento do abastecimento e manutenção da frota do MP-PI, ferramenta essencial para o controle eficaz das despesas do setor.

Alienação e Renovação da Frota de veículos do MP/PI

Iniciou-se em 2016 um processo de alienação de veículos antieconômicos de propriedade da PGJ/PI, bem como processo para renovação e ampliação da frota de veículos, incluindo aquisições de ônibus, automóveis e motocicletas, o que contribuirá de maneira significativa para o bom desempenho das atividades institucionais do MP/PI.

Divisão de Serviços Gerais

Dentre as principais ações desenvolvidas na Divisão de Serviços Gerais, cabe ressaltar:

Aquisição de material para manutenção das instalações físicas, elétricas, pintura, pisos etc.

- A Coordenadoria de Apoio Administrativo conduziu o processo de aquisição de material para realizar a manutenção predial na capital e interior. Tais materiais são essenciais para a conservação das instalações físicas do Ministério Público do Piauí e para reformas e amplificações necessárias para o bom andamento das atividades diárias.
- Instalação física da Central de Inquéritos do MP/PI
- A Divisão de Serviços Gerais juntamente com a Divisão de Material Permanente, estruturou a Central de inquéritos do MP/PI. Foi realizada reforma e adaptações de salas que garantiram uma estrutura apropriada para o respectivo setor.



Central de Inquéritos do Ministério Público

- Reforma da sede da Promotoria de Justiça de Valença e Picos
- Foi realizada a reforma, pintura e reparação das instalações elétricas das Promotorias de Justiça de Valença e Picos, o que propiciou um melhor ambiente de trabalho para membros e servidores.



Preparação da nova sede das Promotorias de Justiça de Valença do Piauí.



Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos

A Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos tem sua atuação voltada a proporcionar aos Procuradores e Promotores de Justiça O auxílio e fomento técnico necessário ao cumprimento das metas institucionais. Destacam-se como atribuições a prestação de apoio técnico na realização de perícias, oferecendo suporte às diligências; o gerenciamento, supervisão e controle dos exames periciais e a elaboração de pareceres e relatórios técnicos; a orientação aos Procuradores e Promotores de Justiça nas análises dos laudos periciais dos institutos técnicos e dos pareceres técnicos de órgãos públicos ou privados; a coordenação das diligências necessárias ao esclarecimento de fatos relacionados aos feitos internos e externos; a condução dos procedimentos dirigidos à celebração de convênios de cooperação Técnica e a análise de minutas de instrumentos de convênios, acordos e parcerias de interesse do Ministério Público, observando a legislação vigente.

No segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016, a Coordenadoria de Perícias e Pareceres técnicos buscou atender as necessidades demandadas cumprindo com suas atribuições com clareza e prontidão, conforme consta nos dados a seguir:

Assistência Social

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	2º semestre 2015 e 1º semestre 2016
Telefonemas (informações, orientações), articulação com a rede de serviço socioassistencial intersetorial e encaminhamentos	73
Visitas domiciliares e ou entrevistas para fins relatórios estudo social	70
Atendimento com escutas qualificadas para fins de Estudo Social	10
INSPEÇÕES	
Fundações e entidades de interesse social	35
Visita institucional	1
Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes	6
Unidades de saúde	2
Instituição de medidas socioeducativas	5
EVENTOS	
Participação em eventos e palestras	17
Assessoramento técnico aos membros do Ministério Público em assuntos de políticas públicas (infância e juventude, pessoa com deficiência, idoso e saúde)	30
Atendimentos a demandas espontâneas / externas (orientações, informações e encaminhamentos)	14
Documentos elaborados: Relatórios Sociais, Pareceres Técnicos, Orientações Técnicas e outros	109

Arquitetura

Ações	Finalidade	Quantidade - 2º semestre 2015 e 1º semestre 2016
Acessibilidade: nas calçadas do HGV e HEMOPI/ Maternidade Evangelina Rosa/ Instalações físicas do CEIP e CEF/ do Cond. Vila Tropical/ DETRAN/ Armazém Paraíba do Dirceu/ Emissoras de TV Cidade Verde e TV Assembleia/ Ed. Comercial Jorge Mazuard/ Albergue Casa do Caminho/ Estádio Albertão/ Acessibilidade do Hospital Unimed/ Cond. Wind Place/ Hotéis Teresina, Aeroporto e Pio/ Escolas na zona rural de Palmeirais e da delegacia de Palmeirais/ Piauí Fest Music/ Telecentros Comunitários de São Félix do Piauí e de São Miguel da Baixa Grande e escolas Padre Anchieta e Unidade Escolar Saturnino de Moura/ Arena Chevrolet e Palácio San Michel/ /Vistoria de Acessibilidade na FUNDAC/ Complexo esportivo Parentão/ Calçada da Rua Henrique Couto, 1217, Lourival Parente/ espaço de Dança do lado da ADH/ Lojas C&A/ Eletrobrás/ Show Arraiá dos Aviões.	Analisar e elaborar de projetos arquitetônicos, averiguar de acessibilidade de imóveis e empreendimentos, vistoriar condições de imóveis e terrenos, acompanhamentos de processos de locação e contratação de serviços afins a área.	43
Análise do projeto arquitetônico: paradas de ônibus de Teresina/ Análise do Projeto encaminhado da Ponte JK/ Análise do documento de Desmembramento de lotes de terreno/ Análise do 2a Projeto encaminhado da Ponte JK/ Análise das propostas de imóveis para locação da Corregedoria/ Análise do projeto de acessibilidade do Festival Piçarra/ Vistoria das condições físicas e acessibilidade da calçada do terreno do MPPI/ Análise do projeto arquitetônico de reforma e adequações das normas de acessibilidade da loja Armazém Paraíba do Dirceu/ Análise do projeto do novo prédio do SINE-PI/ Análise de projeto de acessibilidade e vistoria de Acessibilidade do American Park/ Análise do segundo projeto arquitetônico de reforma e adequações das normas de acessibilidade da loja Armazém Paraíba do Dirceu/ Análise do projeto das ciclovias e paradas de ônibus de 07 avenidas em Teresina-PI/ Análise do projeto de reforma do Laboratório Central Raul Bacelar.		15
Verificação de Instalações físicas: UTIs do HUT/ UBS Jacinta Andrade, Real Copagre, Monte Castelo, Planalto Ininga/ Construções irregulares em 13 imóveis/ Instalações físicas em 34 UBS/		
Participação em audiências e reuniões Fiscal de Contrato dos imóveis do NUPEVID, Uruçuí, Esperantina, GAECO e CEAF		

Contabilidade

Ações	Finalidade	Quantidade - 2º semestre 2015 e 1º semestre 2016
Elaboração de Pareceres Técnicos	Análise de demonstrativos e balanços financeiros das instituições/Prestação de Contas/Fiscalização de contrato/ Conferência das contas contábeis e dos documentos/Análise da legislação pertinente/ Preenchimento dos checklist da documentação/ Análise das despesas e receitas, dentre outras/ APAE – PIRIPIRI. Análise dos Balancetes da APAE-PIRIPIRI de 2008 a 2012/ PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACURUCA- Apuração de superfaturamento dos serviços de escavação de piçarra e terraplanagem prestados à Prefeitura de Piracuruca/ REGISTRO DE PREÇOS EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (A2 CONSTRUTORA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP) - RESPOSTA AO QUESITOS RELATIVOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-SEÇÃO PIAUÍ - Auditoria Técnico Contábil nas contas e documentos referente aos exercícios de 2008 a 2012/ FUNDAÇÃO CENTRO DE APOIO AO MENOR CARENTE-FCAMC-Auditoria Técnico Contábil na prestação de Contas da entidade referente aos exercícios de 2010 a 2013/ FUNDAÇÃO CENTRO DE APOIO AO MENOR CARENTE-FCAMC-Auditoria Técnico Contábil na prestação de Contas da entidade referente aos exercícios de 2014	17
Recomendações	Elaboração de quesitos para que a PJ da Fazenda Pública solicitasse informações à STRANS	1
Elaboração de Planilha	Instruir reclamação junto ao PROCON	1

Engenharia Civil

Ações	Finalidade	Quantidade - 2º semestre 2015 e 1º semestre 2016
Irregularidades em construções e análises de projetos: Residencial Jacinta Andrade, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Saúde, Hospitais, Espaço Cultural Raimundo Pereira, Esgoto a céu aberto, Barragens, Ginásio Verdão, Terraplanagem de Lotamento, Despejo de efluentes de estação de tratamento de esgoto, Fossa séptica, reservatórios e poços, Academia Popular da Terceira Idade, IML, Comunidades Terapêuticas, SAMVIS, Estação elevatória, Villa Vida, Pontes, Shopping Rio Poty, imóveis SDU Norte, Casa de Custódia, Lixão Povoado Alegria, Casa Abrigo Mulher Viva, Residenciais, Centro Social Satélite, Vistoria em estrada, Construção irregular de Caixa d'água, irregularidade águas fluviais, Central de Flagrantes, HUT, Delegacias, Unidades Escolares, Unidade de Acolhimento InfantoJuvenil, Blocos de calçada, Estádio Lindolfo Monteiro, Casa de Acolhimento de Parnaíba, Biblioteca UES-PI, Parque de exposições Dirceu Arcoverde, CEM, Terreno para construção de terminal, HGV, Hospital União, Unidades escolares Zona Rural.	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a estrutura física de construções no que diz respeito a apresentação de vícios ocultos e aparentes, patologias, anomalias, falhas de projetos ou materiais orientando por meio de pareceres e relatórios nos procedimentos a serem adotados Analisar processos licitatórios de obras Elaborar projetos de construção e reforma, e planilhas orçamentárias Fiscalização de Contratos 	141

Engenharia Florestal

Ações	Finalidade	Quantidade - 2º semestre 2015 e 1º semestre 2016
<ul style="list-style-type: none"> Perícias de poluição sonora (bar, casas de shows, metalúrgicas e outros empreendimentos) Deposição irregular de resíduos sólidos Regularidade ambiental de empreendimentos (fábricas, pontes, galeria, centro de eventos, matadouros, poços, posto de combustível, barragem, edifícios e outros) Supressão vegetal em Área de Preservação Permanente- APP Apuração de Desmatamento e Queimada Assoreamento leito de Rio Apuração de comércio ilegal de recursos minerais Análise cumprimento de TAC Perícias de averiguação de poluição atmosférica Análise de documentação de regularidade ambiental Fiscalização de contratos 	<p>Analisar documentação, realizar perícias e vistorias de modo a elaborar pareceres e relatórios com orientação de procedimentos a serem adotados para remediação de danos e atenção a responsabilidade na área ambiental</p>	205

Psicologia

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	2º semestre 2015 e 1º semestre 2016
Visitas Domiciliares	23
Visitas Institucionais	4
Atividades Individuais	55
Inspeções institucionais	39
Relatórios/ Notas Técnicas/ Pareceres Elaborados	77
Participação em Eventos.	3
Facilitadora em capacitações, oficinas, Workshop e dinâmicas de grupo	4
Participação em Reuniões Técnicas / Comitês	58
Elaboração de Projetos / Cartilhas / Apresentações	4
Participação em Audiências.	4
TOTAL	276

ATIVIDADES DE SUPORTE À ADMINISTRAÇÃO

Projetos de Reforma e Melhorias - 2º semestre 2015 e 1º semestre 2016

- Projeto de adequação da calçada do terreno do MPPI à lei municipal das calçadas.
- Projeto de reforma do auditório da sede do MPPI com novo palco, instalação de novos painéis e confecção de bancada e púlpito
- Pareceres técnicos de locação de imóveis para a 6ª promotoria, CEAF, GAECO e todos os órgãos da administração (imóvel situado na Av. João XXIII)
- Projeto básico de painéis, púlpito e bancada do auditório
- Termo de referência de cortinas
- Termo de referência de fumê para vidros do PROCON
- Projeto de reforma de sala da 19 de novembro
- Projeto de reforma da sala de transportes
- Projeto de calçadas do terreno do MPPI
- Projeto de instalação de grades do GAECO
- Projeto de reforma e layout de imóvel a ser locado na Av. João XXIII
- Projeto de reforma e layout de imóvel a ser locado na Av. Lindolfo Monteiro
- Projeto de reforma e layout de Secretaria Criminal no prédio da 19 de novembro (04 salas)
- Projeto de reforma e layout de sala do Dr. Ubiraci (Fórum)
- Projeto Pintura da Sede
- Extintores de incêndio e placas luminosas para prédios da capital
- Projeto Elevador Sede
- Projeto calçada e muro da sede
- Projeto Reforma para TI
- Projeto Transformador na sede da PGJ
- Projeto Grades GAECO
- Projeto de Reforma de Valença
- Projetos Aquisição de vidraçaria, bancada de granito de Valença
- Projeto de Aquisição de EPIs
- Projeto Reforma Promotoria de Picos

- Avaliação de imóvel de Valença
- Projeto Grades Promotora de União
- Parceria Público Privada para Construção da Nova Sede
- Reforma do Auditório 3º Andar



O Auditório Principal da Procuradoria-Geral de Justiça foi totalmente reformado a partir de projeto desenvolvido pela Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos

Acordos de Cooperação Técnica - 2º semestre 2015 e 1º semestre 2016

Acordos de Cooperação Técnica para
disposição de servidores firmados em 2015 e 2016

23

Acordos diversos realizados pela Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos - 2º semestre 2015 e 1º semestre 2016

- 1) Termo de Cooperação com o Ministério Público da Bahia para cessão de direitos de uso dos projetos ECO KIDS e ECO TEENS
- 2) Acordo de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Piri-piri para fortalecimento da tutela das relações de consumo no âmbito do município de Piri-piri
- 3) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e o CREA-PI para realização de vistorias em edificações
- 4) Termo de Cooperação firmado entre o MPPI, Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, Ministério da Justiça, Governo do Estado do Piauí, Tribunal de Justiça do Estado do Piauí visando à capitalização do Fundo Nacional Antidrogas- FUNAD

5) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e Conselho Regional de Corretores de Imóveis para a fiscalização e punição relativas comercialização ilícitas de imóveis

6) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e instituições de ensino: CHRISTUSFAPI, Faculdade Ademar Rosado, Instituto Federal do Piauí- IFPI, Faculdade Maurício de Nassau- FAP, CEUT, AESPI, Faculdade Santo Agostinho, Faculdade do Piauí- FAPI, Faculdade União Campomaiorenses, Universidade Estadual do Piauí, Instituto de Ensino Superior Raimundo de Sá, FACID, Faculdade de Ensino Superior de Floriano- FAESF, Centro Universitário Uninovafapi, Associação Educacional do Piauí- FAEPI, Instituto Camillo Filho-ICF, Faculdade Maurício de Nassau- FAP Unidade Parnaíba, Universidade Federal do Piauí- UFPI

7) Termo de Cooperação firmado entre MPPI, Corregedoria Geral de Justiça, Defensoria Pública do Estado do Piauí, Tribunal de Justiça do Estado, Secretaria Estadual de Justiça e Direito Humanos, Secretaria Estadual de Segurança Pública para implantação da audiência de custódia em Teresina

8) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e 17º Superintendência da Polícia Rodoviária Federal para implantação da base descentralizada de inteligência- BDI

9) Termo de Cooperação firmado entre MPPI, Corregedoria Geral de Justiça, Secretaria de Segurança, Secretaria de Estado visando o combate e a prevenção a tortura no Piauí

10) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e Diário Oficial dos Municípios do Piauí visando a melhoria do acesso eletrônico do servidores e membros às publicações realizadas no âmbito do Diário Oficial dos Municípios

11) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e Ministério Público Federal Campanha AIMP “Corrupção, não”

12) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e DETRAN-PI visando o acesso a base de dados gerida pelo DETRAN-PI

13) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e Tribunal de Contas do Piauí - TCE visando a instituição de ações de combate a improbidade Administrativa e defesa do patrimônio Público

14) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e Defensoria Pública do Piauí para integração de atuação do NUDECON-PI e PROCON-PI

15) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e Ministério Público do Trabalho, Ministério Público de Contas, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e recursos hídricos- SEMAR, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí- CREA-PI

16) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e Ministério do Trabalho e Previdência Social para acesso ao CAGED

17) Termo de Cooperação firmado entre MPPI, TRE-PI, Estado do Piauí visando a implantação do Programa Ação Justiça Eleitoral e Cidadania

18) Termo de Cooperação firmado entre MPPI e Ministério Público do Rio de Janeiro para cessão de uso do sistema MSM

- 19) Termo de Cooperação entre MPPI e Defensoria Pública - Projeto Reeducar
- 20) Termo de Cooperação entre MPPI e Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres- Projeto Reeducar
- 21) Termo de Cooperação entre MPPI e CREF-15
- 22) Termo de Cooperação entre MPPI e Tribunal Regional Eleitoral
- 23) Termo de Cooperação entre MPPI e Tribunal de Justiça do Estado do Piauí- Projeto Reeducar
- 24) Termo de Cooperação entre MPPI e Secretaria de Saúde do Piauí- DNA
- 25) Termo de Cooperação entre MPPI e Secretaria de Segurança Pública
- 26) Termo de Cooperação entre MPPI e SEADPREV
- 27) Termo de Cooperação entre MPPI e SEDUC- Queremos Paz nas Escolas
- 29) Termo de Cooperação entre MPPI e SEFAZ-PI para execução de rotinas e unificação de esforços em defesa da Ordem Tributária



Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com as Secretarias de Fazenda e de Segurança Pública do Estado para o alcance de metas relacionadas à defesa da Ordem Tributária, em setembro de 2015.

Coordenadoria de Recursos Humanos

A Coordenadoria de Recursos Humanos é unidade administrativa do Ministério Público do Estado do Piauí, subordinada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, conforme art. 19, IV, do Ato PGJ n. 479/2014. Junto à referida coordenadoria estão vinculadas as seguintes unidades administrativas:– Assessoria de Pagamento de Pessoal; Divisão de Cálculos; Divisão de Administração de Pessoal; Seção de Membros; Seção de Servidores; Seção de Estagiários e Divisão de Desenvolvimento Humano, Bem-Estar e Segurança no Trabalho. Dentre suas atribuições, previstas no mencionado ato regulamentador, cabe à Coordenadoria de Recursos Humanos: supervisionar, coordenar, gerir, executar e pesquisar matérias relacionadas com a gestão de Recursos Humanos; empreender ações que propiciem o desenvolvimento profissional dos membros e servidores do MP-PI, colaborando, quando for o caso, com outras unidades que desenvolvam ações de aprimoramento técnico e cultural de membros e servidores, dentre outras.

O primeiro ano da gestão do atual Procurador-Geral de Justiça foi marcado por ações que impactaram a Gestão de Recursos Humanos da instituição, tais como:

- Envio de Projeto de Lei para criação de 45 (quarenta e cinco) cargos de Assessores de Promotoria e 6 (seis) cargos de Assessor do Conselho Superior. Após a aprovação de tal pleito, por meio da Lei 6851/2016, foi enviado novo Projeto de Lei para o acréscimo de mais 69 (sessenta e nove) cargos de Assessor de Promotoria. Tal cargo tem por finalidade materializar a proposta de dotar cada Promotoria de Justiça com, pelo menos, um servidor;
- Pagamento dos valores referentes ao auxílio- alimentação retroativo para membros e servidores;
- Reajuste salarial de 9,7% para servidores;
- Redução da carga horária de trabalho dos servidores efetivos da instituição para 6 (seis) horas diárias;
- Regulamentação do Estágio Obrigatório e do Serviço Voluntário;
- Gerenciamento de dos projetos “Programa de Ambientação de Novos Servidores” e “Formulários RH”. O primeiro tem por objetivo orientar os novos servidores acerca das funções institucionais do Ministério Público, promover a integração social e nivelar os conhecimentos dos colaboradores às necessidades administrativas. O segundo projeto visa padronizar rotinas administrativas relativas à Coordenadoria de Recursos Humanos; simplificar a comunicação entre os colaboradores e a Coordenadoria de Recursos Humanos, facilitar o exercício de direitos pelos colaboradores e tornar mais ágil a resolução das demandas oriundas de requerimentos administrativos.

Dados Administrativos

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL - 2ª Semestre 2015 e 1º Semestre de 2016
Certidões expedidas	232
Declarações expedidas (excluindo as de margem)	08
Declaração de Margem de Consignação	118
Processos administrativos informados	654
Elaboração Atos de servidores e membros	9
Elaboração Portarias de servidores e membros	1489

Dados de Pessoal - atualizados até o 1º Semestre de 2016

QUADRO DE PESSOAL – MEMBROS E SERVIDORES

CARGOS	PROVIDOS	VAGOS	
Procuradores de Justiça	20	0	
Promotores de Justiça Entrância Final	87	7	
Promotores de Justiça de Entrância Intermediária	30	30	
Promotores de Justiça de Entrância Inicial	14	26	
Promotores de Justiça Substitutos	16	14	
Analista Ministerial	Administração	9	
	Arquitetura	1	
	Assistente Social	2	
	Biblioteconomia	1	
	Contabilidade	3	
	Controle Interno	2	
	Engenharia Civil	1	
	Engenharia Florestal	1	
	Informática	5	
	Medicina	0	
	Orçamento	3	
	Processual	44	
	Psicologia	1	
TOTAL	73	1	
Técnico Ministerial	Administrativo	136	
	Informática	7	
TOTAL	143	50	
Auxiliar Ministerial	5	1	
Subjude	15		
Cedidos	33		
Assistente Técnico	0		
Exclusivamente Comissionados	70		
Militares	37		
TOTAL	546		

Símbolo	Cargo	Quant. de Cargos (Novo PCCS)	Quantidade Preenchida
CC-10	Controlador Interno	1	1
CC-09	Assessor de Procurador-Geral	10	10
	Assessor de Procurador de Justiça	40	40
	Coordenador Técnico	9	8
	Auditor	4	3
CC-08	Assessor Especial	18	16
	Assessor Administrativo do PGJ	10	6
CC-07	Assessor Jurídico	8	3
CC-06	Assessor Técnico	20	15
CC-05	Secretário do Corregedor	2	2
CC-04	Chefe de Divisão	15	12
CC-03	Chefe de Seção	6	6
CC-02	Secretário Executivo	8	8
CC-01	Oficial de Gabinete	10	10
TOTAL		161	140

Símbolo	Quant. de Cargos(Novo PCCS)	Quantidade Preenchida
FC-01	10	10
FC-02	10	10
FC-01	10	9
TOTAL	30	29

NOMEAÇÃO E POSSE DE SERVIDORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS

CARGO	EMPOSSADOS 2ª Semestre 2015 e 1º Semestre de 2016
Promotores de Justiça Substitutos	3
Analista Ministerial	7
Técnico Ministerial	10
Total	20



Posse de dois Promotores de Justiça Substitutos. Agosto de 2015.



Posse de mais dois Promotores de Justiça Substitutos. Gabinete do PGJ, julho de 2016.

QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Áreas	Teresina	Interior
Direito	79	57
Arquitetura	1	0
Administração	3	0
Ciências Contábeis	2	0
Engenharia Civil	1	0
Jornalismo	1	0
Psicologia	2	0
Serviço Social	1	0
Informática	2	0
Biblioteconomia	0	0
Total	92	57

Programa “Bem Viver no MP”

Desde o segundo semestre de 2013 o Programa “Bem Viver no MP”, gerenciado pelo Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, vem realizando atividades voltadas à integração social, promoção da saúde física e mental e espiritualidade. Entretanto, no último ano o Comitê ganhou nova roupagem e as ações, que antes eram pontuais, passaram a fazer parte do calendário de atividades institucionais. Atualmente o Programa conta com um Plano de Ação que contempla datas comemorativas, projetos como o Coral Vozes do MP e Momentos de Equilíbrio. Cabe ressaltar que em janeiro de 2016 a Divisão de Desenvolvimento Humano, Bem-Estar e Segurança do Trabalho, unidade administrativa ligada à CRH, passou a ser ocupada por uma servidora; tal Divisão busca executar os projetos e ações idealizadas pelo Comitê SQVT.

Dentre as atividades organizadas pelo Programa entre Julho de 2015 e Julho de 2016, merecem destaque:

- Lançamento do Coral “Vozes do MP”: o grupo é formado por membros, servidores e seus familiares e as aulas são ministradas semanalmente pelo regente Aurelio Melo;



- Palestra com o oncologista Sabas Vieira, em comemoração ao Outubro Rosa;
- Realização de evento, com palestra de Magaly Carvalho de Brito, concurso de fotografia, sorteio de brindes e show de humor com Amauri Jucá, em comemoração ao Dia do Servidor Público;



Show com o humorista piauiense Amauri Jucá, durante evento alusivo ao do Dia do Servidor.

- Realização de palestra com o urologista Aurus Meneses, em alusão ao Novembro Azul;
- Celebração natalina religiosa ecumênica, com a participação do Pastor Lars-Gustaf, da Igreja de Deus Missionária; do Padre Carlos Augusto, da Paróquia de São José Operário e do Coronel Marcos Davi da Silva Néri, Presidente do Conselho Deliberativo da Federação Espírita do Piauí. O evento contou ainda com a apresentação do Coral "Vozes do MP" e com apresentação musical da servidora Elis Marina.
- Entrega de doações, arrecadadas durante o mês de dezembro, feitas pelos integrantes do MPPI, à diversas instituições, incluindo a Associação dos Amigos dos Autistas (AMA), Abrigo São Lucas, Lar da Esperança, Associação de Mielomeningocele e Hidrocefalia (AMH), Lar das Flores de Maria e Associação dos Pacientes Renais e Transplantados do Piauí.



Servidores do Ministério Público do Piauí visitam o Abrigo São Lucas, que acolhe idosos em situação de vulnerabilidade social. A equipe entregou doações no contexto da campanha beneficente "Amar também é agir", desenvolvida no âmbito do programa "Bem Viver no MP".

- Panfletagem durante o Corso 2016 em Teresina, com distribuição de adesivos da campanha ministerial "SOU DA PAZ". A mesma foi replicada no Carnaval nas cidades com maior movimentação turística, a exemplo de Luís Correia.



Servidores do Ministério Público do Piauí promoveram panfletagem pela paz durante o Corso do Ze Pereira, em Teresina. Janeiro de 2016.

- Envio de folder virtual por email para todos os colaboradores, com mensagens alusivas às datas comemorativas do Dia Nacional do Combate ao Alcoolismo, Dia Mundial da Oração, Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida, Dia Mundial da Saúde, Dia do Planeta Terra, Dia do Trabalho, Dia Internacional Contra a Homofobia, Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.
- Roda de Conversa, com a participação da Procuradora de Justiça Raquel Normando, da Promotora de Justiça Amparo Sousa, da convidada Simone Franco, gerente da Natura, sob mediação da psicóloga Liandra Nogueira, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher;
- Participação da Promotora de Justiça Cléia Fernandes, do Coordenador de Recursos Humanos Francisco Mariano Araújo Filho e da servidora Solange de Oliveira Costa na palestra proferida pela psicóloga Valquíria Nogueira, uma das coordenadoras do Programa de QVT do TCE/PI.
- Matéria no site do MPPI e envio de email para os colaboradores, com dicas de preservação e consumo consciente dos recursos hídricos.
- Realização de Palestra sobre Educação Financeira, com a profissional Letícia Carneiro da Dsop Teresina, bem como venda de livros especializados na área. Contando ainda com a participação do controlador interno do MPPI Sérgio Ricardo, abordando o tema: “Cenário e História da Previdência Social: reflexos na aposentadoria”.



Palestra sobre saúde e educação financeira. Abril de 2016.

- Realização de café da manhã, com distribuição de rosas e chocolates, em alusão ao Dia das Mães;
- Realização de Palestra sobre Primeiros Socorros, ministrada pelo Sargento Cláudio, do Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí.
- Participação na Ação Nacional Estruturante do CNMP “ Qualidade de Vida no Trabalho” , em Recife/PE, para implantação de Programas de QVT no âmbito dos Ministérios Públicos de todo o país.

- Lançamento do Projeto “Momentos de Equilíbrio”, com a realização de exercícios de alongamento, respiração e relaxamento, com instrutora de Yoga e psicóloga . O Projeto propõe a atividades integrativas diversificadas, a serem realizadas em diversas unidades do MPPI, inicialmente na capital, com previsão de expansão para as sedes do interior do Estado.



“Momentos de equilíbrio” visam à integração entre os colaboradores do MP.

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, orientação e acompanhamento das atividades relacionadas com a área de Tecnologia da Informação, dentre as quais estão: elaboração e desenvolvimento de projetos de TI, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas; monitoramento de todos os links de dados que interligam as unidades do Ministério Público do Estado do Piauí, manutenção da infraestrutura de redes de dados, administração e gestão dos dados provenientes dos sistemas.

A Administração do MPPI, ciente da importância do avanço da área de Tecnologia da Informação para a profissionalização da gestão, tem destinado consideráveis recursos para a realização de projetos e aquisições dos equipamentos necessários. Salienta-se que os investimentos em TI absorvem grande parte dos orçamentos e demanda um grande volume de recursos das organizações. O desafio é justamente converter tais custos em resultados eficazes. Nos últimos meses, a Coordenadoria elaborou um plano para atualização do aparelho computacional do MPPI, visto que existiam vários equipamentos de configuração insatisfatória e que apresentavam constantes problemas. O plano contemplou também a capacitação e treinamento dos servidores lotados na CTI para alavancar o desempenho em suas atribuições. Foi adquirido Tokens para instalação de Certificados Digitais para membros e servidores, além da renovação do contrato de suporte técnico e manutenção corretiva do E-Cidade. Também foi realizada a aquisição de unidade de Storage para ampliar o espaço de armazenamento de arquivos. Os equipamentos servidores do MPPI foram transferidos para a Sala Cofre da ATI, garantindo assim segurança e alta disponibilidade dos serviços. Está em fase final o processo de compra de servidores e unidade de Backup e de Upgrade de rede MPLS e Internet.

Em 2016 a CTI, em parceria com a Ouvidoria do MPPI, lançou o Projeto Ouvidoria Online, que tornará o MP mais próximo do cidadão registrando os atendimentos de forma automática, por meio de chat, facilitando a geração de relatórios para auxiliar na gestão de atendimentos da Ouvidoria e atividades do MP. O Projeto de interoperabilidade entre MPPI e TJ-PI teve sua primeira etapa concluída em 2016, e o sistema SIMP já está integrado com o sistema do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Outro Projeto que pontua destaque é o “MP Digital”, que visa tornar todo o registro da atividade finalística 100% digital, sem papel. Com esse projeto o Ministério Público do Estado do Piauí terá uma maior transparência na atividade dos membros, fazendo o cumprimento das várias Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público, gerando economia de recursos como a utilização de papel, maior segurança de dados e disponibilidade do sistema 24h por dia.

Atualmente a participação de membros e servidores em reuniões e capacitações realizadas na Procuradoria Geral de Justiça é prejudicada devido aos altos custos a serem dispendidos. Dessa forma, a Coordenadoria também está gerenciando o Projeto “Comunicação à Distância”, cujo objetivo primordial é aproximar servidores e membros que se encontram em Promotorias de Justiça do interior do Estado fazendo uso de ferramentas de videoconferência.

Principais demandas atendidas – 2º Semestre 2015 e 1º Semestre de 2016

CONCLUÍDAS

- Implantação do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) em comarcas de entrância intermediária (Porto, União, Barras, Miguel Alves, Demerval Lobão, Altos, Beneditinos, Alto Longá, Esperantina, Água Branca, Batalha, Regeneração, Piracuruca, Pedro II, Valença do Piauí, Jaicós, Castelo do Piauí, Simões, Itaueira, São João do Piauí, Paulistana, Cristino Castro, Jerumenha, Uruçuí, Elesbão Veloso, Gilbués, Avelino Lopes, Luís Correia, Fronteiras, Cocal);
- Consulta Pública Processual;
- Restruturação do Portal da Transparência;
- Alterações no site (Comunicação Social);
- Implantação SIMP no 2º grau (Procuradorias de Recursos) e no GAECO;
- Sistema de Cadastro Nacional de Membros (Corregedoria) - 1ª Etapa;
- ENVIO DE DADOS PARA TCE/PI - Óficio nº 428/16-GP;
- MIGRAÇÃO BASE DE DADOS SIPREV/GESTAO MPPI;
- Processo Seletivo de Estagiários 2015/2;
- Audiências de Custódia - Adequação do SIMP para registro das audiências de custódia;
- Res. nº 3 CNMP/CNJ - Interoperabilidade MP/PI e TJ/PI, 1ª Etapa - Importação de dados via serviço de consulta processual;
- Importação dos dados do SIMP para o Relatório Mensal do CNMP;
- Recuperação de Senha E-cidade (tornar funcional);
- E-cidade, módulo de Ponto Eletrônico (Alteração no módulo para atender novas regras);
- E-cidade, atualização cadastral de membros e servidores;
- Restruturação de Páginas dos CAOs (CAOMA, CACOP, CAODIJ) e Coordenação de Contabilidade e Finanças;
- Sistema de controle de Plantões - Adição do envio de arquivos para comprovação de Plantão Ministerial;
- Melhorar velocidade das conexões nas unidades;
- Configurar diretórios compartilhados com controle de acessos, segurança e backup;
- Disponibilizar arquivos editáveis e não proprietários no portal da transparência;
- Atualização da lista de usuários dos e-mails institucionais;

EM ANDAMENTO

- GEDOC - Sistema de Controle de Processos Administrativos (Corregedoria, CAOs)
- GEACOR - Sistema de Controle de Sessões do Conselho Superior (Secretaria Geral)
- Sistema de Cadastro Nacional de Membros (Corregedoria) - 2ª Etapa
- Módulo de Saúde Mental - MP/RJ (Promotorias de Saúde, CAO da Saúde)
- Ouvidoria online - chat (Ouvidoria)
- Modificação no SIMP para permitir distribuição processual para Junta Recursal do Procon.

Investimentos em T.I – Julho 2015 a Junho de 2016



A Coordenadoria de Tecnologia da Informação intermediou a implementação do Módulo de Saúde Mental, sistema obtido através de parceria com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para tutela e acompanhamento dos pacientes com transtornos mentais.

Suporte Técnico – 2º Semestre 2015 e 1º Semestre de 2016

Número de solicitações abertas	694
Número de solicitações fechadas	669
Número de solicitações canceladas	0
Número de solicitações pendentes	25

Processo	Descrição	Situação	Valor
11614/2016	Aquisição de Nobreaks Adesão a Ata 120/2015 CEFET/RJ - 2016	Empenho enviado – Aguardando entrega	R\$ 15.870,00
7069/2016	Upgrade de 34 Mbps para 100Mbps – Adesão ATA 017/2016 TRT 8 REG - 2016	Empenho assinado aguardando execução pela OI	R\$ 154.756,08
11338/2016	Upgrade Rede MPLS – Adesão ATA 001/2016 ETICE- 2016	Ata Liberada – Cronograma de implantação	R\$ 1.120.320,00
7080/2016	Upgrade Rede MPLS – Adesão ATA 52/2015 PGJ-MA - 2016	Ata Liberada – Cronograma de implantação	R\$ 2.802.925,08
	Renovação do suporte Oracle - 2016	Aguardando Contrato para assinaturas	R\$ 189.000,00
11453/2016	Aquisição de Impressoras multifuncionais – Adesão ATA de Registro de Preços 120/2015 CEFET-RJ -2016	Empenho enviado – Aguardando entrega	R\$ 56.511,00
	Aquisição de 70 Computadores - PRO-CON - 2016	Aquisição – Adesão a Ata 16/2016 Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso	R\$ 329.000,00
	Aquisição de 30 Computadores – Convênio TCE - 2016	Aquisição – Adesão a Ata 16/2016 Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso	R\$ 141.000,00
	Videoconferência - 2016	Aquisição de Software – Coleta de soluções e orçamentos	R\$ 8.000,00
	MPPI-Digital – Equipamentos - 2016	Registro de Preço - Licitação	R\$ 4.499.267,00
	MPPI-Digital – Impressoras e suprimentos - 2016	Registro de Preço - Licitação	R\$ 1.754.271,00
	Upgrade dos Servidores -2015	Concluído	R\$ 767.031,92
	Aquisição de 300 Computadores 2015	Concluído	R\$ 840.000,00
	30 Estabilizadores e 30 Nobreaks 2015	Concluído	R\$ 18.800,00
	300 Tokens - 2015	Concluído	R\$ 17.940,00
	50 Impressoras Multi. 2015	Concluído	R\$ 68.500,00
	Internet e Rede MPLS 2015	Concluído	R\$ 2.700.000,00

Coordenadoria de Licitações e Contratos

A Coordenadoria de Licitações e Contratos é uma unidade administrativa de importância capital para o MPPI, pois é por meio dela que o órgão cumpre uma das etapas de realização da despesa pública que é o meio lícito de contratar com o particular, respeitando a isonomia e selecionando a proposta mais vantajosa ao interesse público. A CLC é responsável pelo planejamento, orientação e acompanhamento das atividades relacionadas com todas as licitações de compras de bens, serviços e alienações, observando a legislação vigente e as determinações existentes; além da elaboração das rotinas de trabalho que visem ao aperfeiçoamento e o desenvolvimento das atividades relacionadas às licitações, contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí. É de competência da Coordenadoria, ainda, a apresentação de informações pertinentes a sua área de atuação à Controladoria Interna e órgãos de controle externo, nas formas previstas em legislação e determinações existentes.

Vale ressaltar que esta Coordenadoria irá focar seus próximos trabalhos na área de controle, geração de informações e treinamento de servidores relativo à aquisição de bens e serviços e gestão e fiscalização de contratos. Para tanto, a CLC apresentou no Plano de Atuação Administrativa os projetos “Café filosófico”, que objetiva aumentar a integração da equipe de trabalho; “Compra Fácil” e “Fiscal Consciente”, que enfatizam a importância da padronização nos processos de aquisições do órgão.

Informações

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL 2015 – 2º SEMESTRE	2016 – 1º SEMESTRE
Pareceres em Procedimentos Administrativos (103 PROCESSOS ANALISADOS EM 2016)	83	89
Editais de Licitação	42	42

Tipos de Licitações Realizadas – 2º semestre de 2015

Tipo de licitação	Realizados	Finalizados	Cancelados /Revogados	Em andamento
Pregão	37	24	07	13
Convite	00	02	01	0
Tomada de Preço	03	01	0	02
Concorrência	02	01	0	03
Leilão	0	0	0	0

Tipos de Licitações Realizadas – 1º semestre de 2016

Tipo de licitação	Realizados + remanescentes 2015	Finalizados	Cancelados/ Revogados	Em andamento
Pregão	36	19	04	17
Convite	0	0	0	00
Tomada de Preço	03	02	0	01
Concorrência	03	02	0	01
Leilão	0	0	0	00

SITUAÇÃO DAS LICITAÇÕES	2º SEMESTRE 2015	1º SEMESTRE 2016
Licitação Revogada	03	03
Licitação Anulada	00	01
Licitação Deserta	02	00
Licitação Fracassada	03	00

Modalidade	2º SEMESTRE DE 2015	1º SEMESTRE DE 2016
Dispensa de Licitação	12	43
Inexigibilidade de Licitação	16	07
Adesão à ata de Preços	06	07
Liberção de Atas do MP-PI	59	65

Quantidade de Contratos Geridos

Discriminação	2º SEMESTRE DE 2015	1º SEMESTRE DE 2016
Contrato de Aluguel de Imóveis	16	16
Outros contratos - Pessoa Jurídica/física	45	51
Ordens de fornecimento (equivale a contrato)	34	30
Contratos aditados	22	14

VALORES DE LICITAÇÕES REFERENTES AO 2º SEMESTRE DE 2015 E 1º SEMESTRE DE 2016

Modalidade	Quantidade	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (Valor Absoluto - R\$) (C)	Economia (Valor Relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão	43	R\$ 7.047.945,37	R\$ 5.966.830,60	R\$ 1.081.114,77	16%
Convite	01	R\$ 50.350,46	R\$ 50.350,46	0	0%
Tomada de Preço	01	R\$ 52.800,00	R\$ 52.800,00	0	0%
Concorrência	01	R\$ 775.260,75	R\$ 686.043,48	R\$ 89.217,31	12%
Leilão	-	-	-	-	-
Total	46	R\$ 7.926.356,58	R\$ 6.756.024,54	R\$ 1.170.332,08	15%

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças tem a finalidade de fazer o acompanhamento da execução orçamentária, contábil, financeira e fiscal das seguintes Unidades Gestoras do Ministério Público do Estado do Piauí – MPE/PI: 25101 - Procuradoria Geral de Justiça, 25102 - Fundo Especial do Ministério Público e 25104 – Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.

DOS ORÇAMENTOS DE 2015 e 2016

O orçamento do MPPI é definido com a publicação da LOA – Lei Orçamentária Anual, a partir da qual se inicia a execução orçamentária e financeira, o orçamento de 2015 contemplava as unidades orçamentárias 25101 – Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), 25102 – Fundo Especial do Ministério Público (FEMP), para o exercício de 2016 foi criada a unidade orçamentária 25104 – Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FPDC), conforme demonstrado nas Tabelas 01 e 02.

TABELA 01 – ORÇAMENTO APROVADO EM 2015 POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E POR FONTES

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	FONTES DE RECURSOS			TOTAL	%
	TESOURO - 00	CONVENIOS – 10	PRÓPRIOS - 18		
25101 - Procuradoria Geral de Justiça – PGJ	165.222.824,00	500.000,00	0,00	165.722.824,00	99,40
25102 - Fundo Especial do Ministério Público - FEMP	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,60
TOTAL	165.222.824,00	500.000,00	1.000.000,00	166.722.824,00	100

